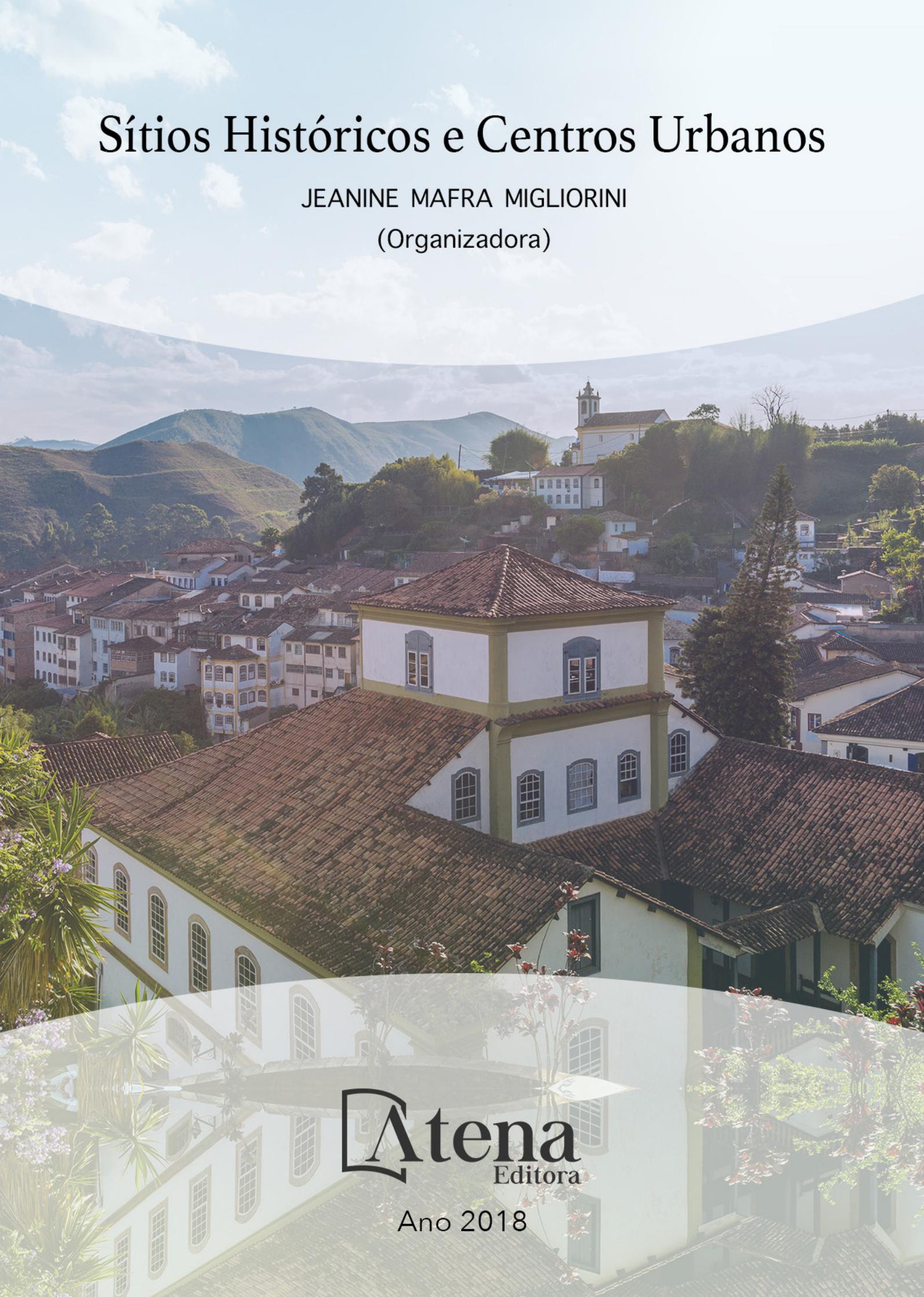


# Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609  1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.<sup>a</sup> Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>93</b>
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>119</b>
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>135</b>
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>148</b>
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>160</b>
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>173</b>
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>187</b>
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>198</b>
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S <sup>ª</sup> DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>214</b>
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA	
<i>Rebecca Campos Leite Alencar</i>	
<i>Isabelle Mendonça de Carvalho</i>	
<i>Thaís Rebouças Vidal</i>	
<i>Amando Candeira Costa Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>225</b>
A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>240</b>
REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO	
<i>Patrícia Thomé Junqueira Schettino</i>	
<i>Fernanda Alves de Brito Bueno</i>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>258</b>

## ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO<sup>1</sup>

**Elis Regina Barbosa Angelo**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-  
Departamento de Administração e Turismo;  
Programa de Pós Graduação em Patrimônio,  
Cultura e Sociedade, Nova Iguaçu- RJ

**RESUMO:** Partindo do princípio de que o patrimônio cultural se forma a partir de conceitos como memória, identidade, tempo histórico e documento, situa-se, a partir do modo como lugares e temporalidades de uma realidade social se constitui e é pensado, criado e definido a partir do valor a ele atribuído. O patrimônio construído no conceito histórico moderno parte do estabelecimento de discursos produzidos a partir do Estado-nação, no qual a retórica da perda é uma articulação entre o domínio/Estado e o coletivo/contraponto em forma dialética. Esse Estado, na busca pela salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo. Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, embate na concepção de que o patrimônio é a valorização temporal de lugares e sujeitos perante a sociedade. Esse trabalho busca

compreender em que medida a religiosidade se (re)constrói simbolicamente num “lugar de memória” recriado e transformado na Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Como metodologia foi elaborada pesquisa qualitativa e quantitativa, mensurando dados sobre “quem são” os nordestinos no Rio de Janeiro e como se comportam frente ao tema, além de entrevistas a sujeitos que criaram essa interface na localidade. Como resultados identificam-se simbolicamente sujeitos e histórias comuns a outras que se revelam memórias de temas correlatos à religiosidade como migrações, territórios e narrativas simbólicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural, Religiosidade, Feira de São Cristóvão.

### 1 | AS CONCEPÇÕES DO TERRITÓRIO NORDESTINO

A concentração de nordestinos no Rio de Janeiro foi o ponto de partida para a formação de alguns lugares que identificam os sujeitos sociais de territórios distintos. Nove estados configuravam-se numa denominação “nordestino”, concretamente no processo migratório para o sudeste, entre ele, a cidade do Rio de Janeiro.

Essa relação de experiências foi

1- Artigo apresentado no Simpósio do ICOMOS BRASIL, 2017.

paulatinamente fortalecendo não apenas o bairro de São Cristóvão, - um dos redutos da migração nordestina, chegada dos “paus de arara” pelo bairro imperial -, mas o território de tradições e identificações dos nordestinos com a cidade, pois ali se concentrava simbolicamente a chegada do nordestino na cidade do Rio de Janeiro. Ao relacionar as representações provenientes da feira estabelece-se também um elo com conceitos arraigados entre os nordestinos que formaram esse território, pois, “A questão do território como constitutivo fundamental da identidade de um povo faz parte da própria história da humanidade.” (MUNAGA, 2012, p.18)

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50) e ainda, O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 50.)

Dessas representações culturais, pode-se dizer que, tanto a religiosidade popular quanto a gastronomia com os sabores e cheiros do Nordeste às expressões e saberes, vão delineando as relações dos sujeitos com o espaço e a ideia de formação de um território de sentidos.

Essa perspectiva de reconhecimento dos sentidos que os objetos e instrumentos de memória possuem para a história foram fundamentais para a os objetivos desse projeto, pois, ao considerar que os objetos de memória fazem parte da formação dos sujeitos na história, busca-se entender como os sujeitos inscritos nesse novo espaço/território tratam as questões da memória, do passado, presente e futuro das representações como a figura/imagem e fé.

Para Pierre Nora, os lugares se formam tanto da intenção em manter viva a imagem quanto da seleção de uma organização voluntária, intencional e seletiva. A memória só vive por meio dos objetos que a referencia (NORA, 1993). Os lugares de memória nascem de um sentido formado a partir do conceito de que não há memória espontânea, considerando a necessidade que se têm em acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, entre muitos outros elementos capazes de formar provas e registros do passado.

Neste caso, a feira de São Cristóvão se apóia na ideia de que enquanto instituição que tem também um cunho museológico, com arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos que de certo modo tem a missão de salvaguardar a memória, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada. O museu como uma construção social, se enquadra na formação do sentido de memória, onde os objetos são meios de voltar a um tempo/espaço “(...) propícios à pesquisa histórica, (...), aptos em inserir os objetos em seu contexto de produção e significação social” (JULIÃO, 2006, p.95).

Essa aptidão do museu volta a fornecer a imagem do objeto tanto no contexto em que foi criado (passado) quanto no atual e futuro, revelando os sentidos criados e recriados em outros territórios, como é o caso da feira de São Cristóvão. Nora

esclarece que a memória produzida nesses lugares é voluntária e seletiva, ao passo que ela foi incorporada com uma finalidade também específica: valorizar aspectos na feira, como expressões do povo.

Esse lugar de memória que é o museu passou a ter a ideia de reivindicação do direito de “cultivar” suas memórias (RIOS; RAMOS, 2010). Nesse caso, a necessidade de mostrar aos “seus”, quem é ou quem “são” os símbolos, imagens, pessoas e lugares que identificam a cultura nordestina.

No caso dos outros territórios, a cidade mantém um elo de pertencimento e identificação com as cidades que fazem parte do universo simbólico nordestino, pois, “(...) para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p.95).

Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas que corroboram com os milagres do padre, com as suas idas e vindas na Igreja e recentemente com a acolhida pelo Vaticano. Na atual conjuntura, os objetos passam a ter uma valorização diferente, a ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesiásticas, ou seja, o valor atribuído aos objetos muda de figura. Como mencionado por Bourdieu (1998), a simbologia depende de quem lhe atribui o valor.

No contexto das representações culturais, no qual a memória está ligada, percebe-se que a valorização das imagens do passado tem sido atribuída à memória coletiva dos grupos, dentro dos quais os indivíduos se mantêm unidos por lembranças, histórias ou tempos que lhes são particulares ou de alguma forma foram relevantes às suas origens e também responsáveis quando, pensadas em comum, preservar a identidade desse grupo, ainda que seja fora do seu território, como o Rio de Janeiro enquanto expressão desse sentimento.

Ao considerar essa memória focalizada na imagem e representação, é possível que ela seja preservada em “lugares”, como museus, mas também nas narrativas, nas histórias, de sujeitos que possuem elo com essa representação de sentidos. Nesta abordagem adotada, memória, história e pertencimento serão analisados como distintas, mas sempre dialogando como protagonistas de sentido, ou seja, como os sujeitos a percebem.

Os bens culturais imateriais conforme proposta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006, p.22) organizam as expressões mais significativas desse território e englobam:

Os distintos Livros do Registro: 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Desses bens se destacam a culinária típica, o artesanato, os sabores, cores e odores produzidos no espaço e que fomentam a vinda de visitantes ao local. Na formação desse território se condensam sujeitos e moradores do bairro que de certa forma mantêm um elo com o nordeste e todo o seu povo e a gastronomia e os saberes populares dialogam com a formação do conceito de feira, troca entre os seus pares traduzidos na localidade, enquanto um atrativo turístico que demanda objetos, instrumentos, saberes e sabores das regiões nordestinas, apropriadas pelos sentidos de pertencer, de apreço ou ainda de curiosidade.

A salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo. Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, embate na concepção de que o patrimônio é a valorização temporal de lugares e sujeitos perante a sociedade, a feira em si e seus símbolos representam a memória coletiva do “Nordeste” e do “nordestino”, ao formar-se enquanto um território físico e simbólico de representações da cultura de seus estados como representações e elos com o passado migrante.

Dessa concepção, e a partir dessa perspectiva, pode-se dizer que a feira forma o patrimônio cultural do povo nordestino fora do Nordeste, não como um conceito isolado, mas como uma interação entre sujeitos, lugar, história e memórias da terra natal, assim como a interlocução com o passado e a formação de simbologias e sentidos nesse território cultural que é a feira de São Cristóvão, pois:

O patrimônio cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade – comunidade de origem, comunidade de destino. Acontece assim porque o patrimônio cultural representa (sim, representa, torna presente) a persistência desse agregado humano ao longo do tempo, comprovadamente lhe permitindo que seja o mesmo (idem, em latim, donde identidade) através e apesar das mudanças. Estabilidade e mobilidade, continuidade e variabilidade: *eadem sed aliter*, “o mesmo mas de outra maneira”, diziam também os latinos, de quem sempre aprendemos.(MENDES, 2012, p. 17)

Essa construção define exatamente o que a mudança de espaço e a construção de um novo alinham na realização do pertencer. *Eadem sed aliter*, ao concentrar a realidade em outro território, mais ou menos aquele, torna-se uma identificação, da herança temporal e física deixada por si ou pelos seus antepassados.

Para Mendes (2012, p.43) a relação do patrimônio com o passado e o presente, forma uma linha tênue e significativa que responde ao que se pode chamar de patrimônio cultural, no qual, o passado não é um fim em si mesmo, mas uma forma de exercer algo para o futuro, pois, “a visão do passado fornece, no presente, como um radiar de promessas, a inspiração, o estímulo, o acicate de novas energias criadoras e de novas experiências vitais no futuro. Assim o patrimônio cultural.”

Nessa relação com as experiências, os sujeitos, o lugar e o território se formam do contato e da necessidade de ter como representante físico algo que demonstre

o ter, ser e pertencer, vital ao futuro, onde a construção exerce os sentidos de estabelecer contato e permanência das tradições, dos saberes e sabores da terra natal. Reinventado e reestruturado, mas com a raiz que comporta a essência do ser nordestino fora do Nordeste.

Na obra de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* há uma menção ao biótipo do homem sertanejo, com definições similares e jeitos concretizados nas feições de sujeitos da terra, do meio rural ao urbano, constroem-se enquanto figuras da região, pois, parece ser esse o homem feito por um molde de caracteres físicos que os identificam “a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedado; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes.” (CUNHA, 1984, p.48.)

As características fazem parte do processo identitário, os sujeitos se reconhecem mediante feições, jeitos e traços culturais, nessa análise as questões que referenciam e formam tanto as identidades quanto os processos identitários será palco de indagações. E a cidade sugere a formação das características que referenciam os sujeitos nos seus lugares de produção de sentidos.

A cidade, os espaços, transformados em territórios compõe a vida cotidiana dos sujeitos sociais que a transformam em espaço vivido e experienciado, cujas características vão além das identidades, pois, conferem ao lugar um papel actancial cujo valor atribuído depende das aceitações e subjetividades que atentam para uma caracterização muitas vezes forjada, privilegiando aspectos que fornecem dados de uma leitura sobre o lugar.

Esse aspecto, do sujeito que produz sentidos e confere ao território seus critérios, tradições, jeitos e costumes, vai delineando a “cara” do lugar, esse por sinal carrega informações imprescindíveis para a interpretação da vida e da configuração aceita pela sociedade e pelos próprios grupos que a formam. Nessa concepção de sujeitos e lugares em formação está o migrante, que ora desconstrói o espaço, ora o reconstrói por meio dos sentidos dados por suas concepções, experiências e escolhas. Assim, ao tentar compreender a formação da vida e do território na cidade, algumas concepções parecem ser a base de referências acerca do processo a ser desvendado.

Na formação do Brasil que desconstrói o Nordeste com as migrações ora fortalecidas na estruturação das cidades em termos desenvolvimentistas, está à cidade do Rio de Janeiro, uma das mais procuradas para os “novos nordestes” que se criam fora do espaço geograficamente constituído, que teve o maior número de deslocamentos que marcaram o êxodo rural nordestino. Especialmente nas décadas de 30,40 e 50, os movimentos de atração da região sudeste, com a industrialização das cidades e os movimentos de repulsão, com as secas e seus desdobramentos, foram cenários responsáveis pelos deslocamentos de contingentes expressivos, VALIM (1996) destaca o êxodo de forma significativa para a formação de novos territórios a partir desse movimento.

Alguns autores destacam as camadas migrantes responsáveis pelos movimentos orientados por etapas, consideradas estágios de fixação dos indivíduos progressivamente, seja pela necessidade de mão de obra como atração dos lugares em pleno desenvolvimento, seja pela adaptação em contingentes distintos, conforma aponta Martine (1978).

As características que fizeram mudanças significativas no cenário urbano-rural demonstram uma saída de 43 milhões de pessoas, somente entre os anos de 1960 e 1980 e, o Nordeste foi a origem da grande maioria dos migrantes formando significativa parcela da população fluminense na reconfiguração do espaço urbano. (Brito, 2006)

Nessa formação de territórios nordestinos fora do Nordeste, está a relação urbano-rural além da necessidade de formação das identidades, seja, ela recriadas, inventadas ou mesmo concebidas como lutas pela afirmação dos sujeitos na sociedade. As identidades que ora corroboram com a formação de novos espaços vai sendo pensada na sua diversidade conceitual, que abrange não apenas a luta e a saudade, mas também um descompasso, que traduz para alguns apenas um discurso produzido dentro do âmbito da esfera mercantil da cultura, como vividos, visitados e representações do grupo. (ANJOS, 2005)

As trocas efetuadas nesse cenário rural-urbano cumpre nos moldes ainda nordestinos as relações de trocas e sobrevivência por meio da feira. Conforme brilhantemente define Luitgarde Cavalcanti Barros, a feira identifica o povo sertanejo, demonstrando suas formas, rituais e amplitude de significados e sentidos. Essa concepção vem com o migrante para a cidade do Rio de Janeiro, no campo de São Cristóvão, chegada dos paus de arara vão sendo formadas as trocas, o espaço de luta e de assentamento daqueles que encontraram nessa cidade uma nova relação com a terra, os saberes e as identidades.

Elemento de maior importância para a vida econômica do sertão do século XIX foi a feira. Na feira, o sertanejo vivia sua prática quase autárquica, dada a estreiteza de seus costumes de consumo. A roupa que o sertanejo pobre vestia era feita de algodão da terra, por suas mulheres, em teares primitivos. Esse era o tipo de tecido que se comercializava nas feiras. A feira era o empório onde o matuto vendia diretamente ao consumidor seus produtos desde os legumes e cereais, até as frutas: banana, melancia, abacaxi, laranja, etc. Ao lado dos agricultores, os artesãos sertanejos expunham sua produção: redes de algodão, instrumentos de couro, louças (cerâmica), chocalhos, urupemas, balaios, facas de ponta, cordas (de malva, caroá, cabelo, agave), brinquedos de algodão seda, mobília de arame, vassouras, chapéus de palha, facões, artigos de funilaria. (BARROS, 2014, p.106)

Talvez os sentidos estejam sendo adaptados, mas, sem dúvida, descrevem as formas de interrelações oriundas da terra natal, pois, muitos percalços traduzem a vida cotidiana dos protagonistas dessa história que evidencia a origem e a transformação da feira e do bairro. Em depoimento, Maria do Socorro narra sua história cruzada com a da feira:

Minha vinda pra cá, nós vimos, não foi só eu, né? Foi a família toda, meu pai, veio pra cá nós tínhamos 4 anos, depois a gente voltou ao Nordeste, e na verdade

meu pai vinha no pau-de-arara, foi ele que trazia “o nordestino” aqui para o Rio de Janeiro, né? A Rodoviária era aqui fora, na rua Senador de Alencar, do lado de fora da Feira, né? Ih ele trazia pessoas para cá, pau-de-arara como falei. O que acontece, ele chegava aqui e não tinha o mesmo alimento que tinha no Nordeste, o que ele passou a fazer? Além de ele trazer as pessoas, depois que ele trazia as pessoas ele passou a trazer alimentos, que era o feijão, a carne-de-sol, tudo o que tinha no Nordeste ele começou a trazer, assim que começou um pouco da feira, sabe? Aqui ele viu que tinha muito nordestino, mas não tinha a comida do nordestino, então todo o processo foi feito dessa forma naquela época, meu pai era analfabeto, na verdade ele é um dos propulsores da feira, do lado de fora, não é essa feira que a gente vive agora, é uma feira de rua que durou muitos e muitos anos. (SEVERIANO, 2017)

Como cenário dessa correlação está Feira de São Cristóvão, espaço de luta, de inserção social e também de afirmação das identidades, subjetivadas por meio desse lugar que condensa memórias, trajetórias e histórias que fomentam o olhar para o nordestino da cidade. Alguns autores tratam da Feira de São Cristóvão para falar da migração nordestina no Rio de Janeiro e, dessa forma, escrevem a história dos migrantes de forma secundária. A história desses migrantes é que possibilita qualquer formação de territórios tradicionais e mesmo de fixação ou de identidades. As histórias comuns são caminhos para reflexões acerca dos percalços e trajetórias de luta e assentamentos em terras fluminenses.

Com toda sua produção cultural, identidades e traços da cultura nordestina e sertaneja, a feira, além de um reduto do Nordeste no Rio de Janeiro, também se tornou um dos atrativos turísticos mais visitados da cidade.

A concentração de nordestinos no Rio de Janeiro foi o ponto de partida para a formação de alguns lugares que identificavam os sujeitos sociais de territórios distintos. Nove estados configuravam-se em uma denominação “nordestino”, concretamente no processo migratório para o sudeste. Essa relação de experiências foi paulatinamente fortalecendo não apenas o bairro de São Cristóvão, mas o território de tradições e identificações dos nordestinos com a cidade. Ao relacionar as representações provenientes da feira estabelece-se também um elo com conceitos arraigados entre os nordestinos que formaram esse território.

## 2 | AS RELAÇÕES DOS SUJEITOS COM A FEIRA E COM O TERRITÓRIO

Os sujeitos que cotidianamente convivem na feira possuem elos de cordialidade, convivência, amizade e luta pelo espaço, pela sobrevivência e pelas causas comuns, advindas das relações sociais, econômicas e afetivas com a formação desse lugar enquanto um território nordestino. Desde sua formação no pavilhão alguns ajustes foram feitos, segundo os feirantes para melhor em termos logísticos. Dessas relações alguns elementos simbólicos vão sendo registrados, como a inserção e mudanças, inclusive de gostos para adaptação ao lugar.

Francisca Alda Hortência Dias, conhecida como *Chiquita*, é proprietária do Restaurante “Barraca da Chiquita” na Feira de São Cristóvão e trabalhou na feira

antes de existir o pavilhão, nos anos de 1979. Nascida no sertão do Ceará, contou um pouco sobre a sua vinda e as transformações da feira durante sua vida:

Quando eu comecei na feira, a feira era só aos domingos e a feira quem mais frequentava a feira era o pessoal da construção civil, sendo que com o passar dos anos vieram aqueles planos que mexeram tanto na economia, nem lembro, o cruzado novo, não sei, só sei que aqueles planos fizeram com que aquelas pessoas tivessem pouco dinheiro e a feira passou a ser uma fonte de lazer. E o mundo se acabando em crise e a feira crescendo, crescendo porque era uma opção barata. Você entendeu? Ai foi uma mudança, ai você teve umas pessoas que eram da construção, que vem comprar material de carpintaria, de pedreiro, e ele muda, o carioca focado na gastronomia e na música, a música já foi uma mudança enorme, da para frente não parou de mudar, é tanto que quando nós passamos para a parte interna do pavilhão havia muito receio de que não ia ser legal né? Porque ia mudar muito, depois que nós passamos para a parte interna do pavilhão, passou a ter estacionamento, passou a ter banheiro, e isso a gente teve um publico melhor, então essa coisa de dizer que não foi coisa boa é absurdo, tá? (DIAS, 2017)

As mudanças observadas para adaptação ao gosto do turista corroboram com a transformação do território dentro da dinâmica cultural. As mudanças causavam medo, insegurança, muitos acabaram vendendo seus espaços e mudaram de vida depois da entrada ao pavilhão.

Outro depoimento diz respeito à “evolução” da feira depois da entrada ao pavilhão, existe uma consciência de melhorias na qualidade de vida dos feirantes e a oportunidade de mudança para a vida cotidiana desses sujeitos que fizeram e fazem a história nesse território nordestino.

É na verdade a feira lá fora era no calçadão de barro, né? as barracas eram cobertas por lonas, amarradas nas árvores, tinha aquele sofrimento danado de montar e desmontar, carregar comida de onde a gente morava até onde a gente come. Então era terrível, então teve uma evolução, que você hoje tem mais higiene, tem mais uma estrutura melhor para atender o público, e o turista. Com relação lá fora, aqui tem uma estrutura muito melhor. (DIAS, LEONEL, 2017)

A melhoria refere-se à entrada no pavilhão, não apenas pela estrutura, mas pela conquista do território, isso contempla a base econômica, a relação de afetividade e as sensibilidades com o lugar que se transformou na história da migração nordestina para o Rio de Janeiro: São Cristóvão.

Nesse contexto, encontra-se a idéia do legado trazido pelos sujeitos históricos à cidade, dando a ela novas “identidades” e, construindo seu patrimônio cultural nordestino nesse novo território de expressões diversas e múltiplas que também se configura enquanto nordestino.

Considerando o patrimônio a partir de conceitos como memória, identidade, território, e partindo da premissa dos lugares, territórios e espaços se constituírem por momentos de uma realidade social e como ela é pensada, criada e definida a partir do valor a ela atribuído (CHARTIER, 1990), forma uma indumentária de sentidos que coletivamente creditam à cultura o poder de herança e legado social.

O patrimônio construído no conceito histórico moderno parte do que Hobsbawn chama de Estado-nação, no qual a retórica da perda é uma articulação entre o domínio/

Estado e o coletivo/contraponto e reticência. Esse estado, na busca pela salvaguarda do povo no território e no tempo sobressalta a visão de Choay (2001) ao buscar a manutenção da memória coletiva pela representatividade histórica do monumento no tempo.

Essa perspectiva que discute a necessidade de manutenção de uma memória coletiva é um símbolo do que está em perigo e necessita de salvaguarda, daí a concepção de que o patrimônio é a valorização do passado por meio de sua história cristalizada no tempo, especialmente por meio do monumento/documento, ou pela ideia de alegoria. Essa ideia, por sinal, parte do princípio de que o patrimônio representa algo fora do seu tempo, ou seja, representa algo cujo sentido é significado como outro em temporalidade distinta. (GONÇALVES, 2002).

A percepção da apropriação da identidade pelo patrimônio passa pelo processo de representação cultural. Chartier, ao abordar conceitos como cultura, parte do princípio de que é necessário pensar sobre essa categoria com especial atenção à base conceitual própria de um tempo e de um espaço para poder compreendê-la enquanto um processo. (CHARTIER, 1990)

A feira se forma a partir das correlações de dar sentido ao território, como um viés político de reivindicação, de apropriação e de reinvenção. Essa premissa verticaliza o sentido de apropriação e pertencimento ao território criado e planejado para simbolicamente ser o “Nordeste” na cidade do Rio de Janeiro.

As suas funções extrapolam a formação de um atrativo turístico, faz parte de uma herança da migração nordestina para o sudeste do país e substancialmente para o Rio. Esboçando um lugar de memória corrobora também para rememoração de sujeitos e símbolos da terra e, aprimorando o conceito de pertencer, dialoga com o passado e com as representações que esse passado reinventa nesse território de saberes e sentidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as representações culturais de fé e devoção da cidade de Juazeiro do Norte, por meio da imagem de padre Cícero, diversas inquietações surgiram, nas quais sua vida e obra vão postulando novas direções, em especial, a cultural, social, política e religiosa, num novo rumo à sua história, agora aceita pela Igreja.

Especialmente por conta de sua conversão em importante líder religioso e, conseqüentemente, num santo de devoção popular, promotor de diversas inquietações no meio acadêmico e religioso, tornou tanto uma imagem/objeto de devoção quanto de peregrinação, na qual a cidade de Juazeiro do Norte passa a ser significativo centro de visitas turísticas de cunho religioso e da cultura popular além de favorecer a criação de outros territórios de relevância sociocultural.

Neste contexto de multiplicação da história e memória do padre fora do seu espaço de existência, a elocução pode ser considerada relevante exposição do Brasil e a

primeira maior fora do nordeste, pois, a concentração de nordestinos no Rio de Janeiro se fortalece não apenas com o entorno, no bairro de São Cristóvão, mas por conta de inúmeros turistas que também visitam a feira pela identificação e pertencimento dos migrantes que saíram de sua terra em busca de novas oportunidades pelo Brasil.

Esses visitantes, entre turistas e moradores da cidade e região, ao entenderem sua aproximação com a memória efetivada nos recantos da feira, possuem de certa forma, uma ligação com a história de uma figura emblemática da história. A priori esta ação *in memoriam* ao padre Cícero traz consigo um olhar para as representações simbólicas do povo nordestino, com especial atenção às questões populares. Também demonstram simpatia e identificação com tudo que referencia a história do nordeste, dos sabores, imagens, símbolos, sentidos e saberes à relação dos espaços e fronteiras do sagrado e do profano da vida cotidiana, pois, este espaço corrobora com o sentido de pertencer a uma terra, uma gente e uma sintonia que somente os “seus” poderiam entender.

Os lugares de memória nascem de um sentido formado a partir do conceito de que não há memória espontânea, considerando a necessidade que se têm em acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, entre muitos outros elementos capazes de formar provas e registros do passado. Neste caso, a feira de São Cristóvão se apóia na ideia de que enquanto instituição que tem também um cunho museológico, com arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos que de certo modo tem a missão de salvaguardar a memória, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada.

No caso do sentido de outro território, a cidade mantém um elo de pertencimento e identificação com as cidades que fazem parte do universo simbólico nordestino, pois, “(...) para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p.95). Essa perspectiva diz respeito à função do passado e dos espaços e territórios passados em conformidade com o presente, ressignificado no território.

Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas que corroboram com os milagres do padre, com as suas idas e vindas na Igreja e recentemente com a acolhida pelo Vaticano, mas com o uma nova significância agora aceita e regrada pelo sentido sagrado, pois, esses possuem uma valorização diferente, além de ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesiais, o seu valor mudou de figura, pois, conformou-se a eles uma condução da fé, agora aceita pelos dogmas da Igreja. Como mencionado por Bourdieu (1998), a simbologia depende de quem lhe atribui o valor e, esse valor é definido pelos sujeitos que produzem os significados ao território.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ANJOS, Moacir dos. **Local/Global: Arte em trânsito**. Rio de Janeiro. Arte, Jorge Zahar Editor, 2005.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Juazeiro do Padre Cícero: A Terra da mãe de Deus**. 3ª edição. Fortaleza: IMEPH, 2014.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, 20, Nº 57, maio/agosto. São Paulo: IEA, 2006. pp.221-236.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e Memórias**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DIARIO DO NORDESTE. **Juazeiro**. Contemporâneos relembram convivência. Fortaleza, Ceará, 24 de março de 1994. Pág. 04, Caderno Especial.
- GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **Nação e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos / texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2006.
- JULIÃO, Letícia. **A pesquisa histórica no museu**. In: CADERNO de Diretrizes Museológicas I. 2ª edição. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1986.
- LEMOS, André. **Mídia Locativa e Território Informacional**. In Estéticas Tecnológicas. Novos Modos de Sentir, organizado por Priscila Arantes e Lúcia Santaella. Editora EDUC/SP, 2008. Acessado em 10/11/2012, <[http://www.andreleamos.info/artigos/midia\\_locativa.pdf](http://www.andreleamos.info/artigos/midia_locativa.pdf)>.
- MARTINE, José Carlos P. Peliano. **Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano**. 1ª Ed. Brasília: IPEA, 1978.
- MENDES, António Rosa. **O que é patrimônio cultural**. Olhão: Gente Singular Editora, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Território e Territorialidade como Fatores Constitutivos das Identidades Comunitárias no Brasil: Caso das Comunidades Quilombolas. In: NOGUEIRA, João Carlos. NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. **Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades**. Florianópolis : Atilênde, 2012.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Kênia Sousa; RAMOS, F. Régis Lopes. **O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história**. In: África, Brasil, Portugal: História e ensino de História. (org) FUNES, Eurípedes; LOPES, Francisco Régis; RIOS, Kênia Sousa; RIBARD, Franck. Fortaleza, Editora UFC/ Expressão Gráfica e Editora. 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TITO, Cléber. Feira de São Cristóvão completou 69 anos com muita alegria e novos projetos. 07/10/2014. Disponível em: <<https://clebertito.wordpress.com/2014/10/07/feira-de-sao-cristovao-69-anos-com-muita-alegria-e-novos-projeto/>>. acesso em: 21/09/2015.

VALIM, Ana. **Migrações: Da Perda da Terra à Exclusão Social**. 2ª Ed. São Paulo: Atual, 1996.

VALVERDE. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações da feira de São Cristóvão: recriando o lugar do migrante**. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 81-90, jan./abr. 2011.

## Entrevistas

Antonia Lucinda Soares – Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

Francisca Alda Hortêncio Dias – Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

Leonel Hortêncio Dias - Feirante entrevista concedida em 10/03/2017.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-38-3

